

Múltis vão à TV pregar retirada do nacionalismo da Carta

Da Sucursal do Rio

Um filme de dez minutos de duração exaltando a atuação das empresas multinacionais no Brasil, produzido pela MPM Propaganda, será exibido pelas emissoras de televisão, na segunda-feira à noite, em horário nobre. Encenado por mais de 20 multinacionais lideradas pela Shell, Xerox e Brascan, o anúncio tem por objetivo melhorar a imagem dessas empresas junto à opinião pública e influenciar os parlamentares para que aprovem, no segundo turno das votações, a supressão de dispositivos que limitem a atuação do capital estrangeiro no Brasil.

A MPM faz segredo sobre o conteúdo, a forma e os custos do anúncio, mas a Folha apurou que ele apresentará depoimentos de líderes sindicais e do cientista político Hélio Jaguaribe sobre o capital estrangeiro.



O texto será didático e apresentará contestações às acusações que habitualmente se fazem às multinacionais como, por exemplo, a de que essas empresas teriam por objetivo "comprar o Brasil". Um dos argumentos do texto é o de que se não houvesse multinacionais no país não teria havido o desenvolvimento da indústria automobilística e do respectivo mercado de trabalho.

Com a divulgação dos argumentos favoráveis ao capital estrangeiro —incluindo novos filmes ao longo da próxima semana e anúncios também nos jornais e revistas— as multinacionais pretendem convencer os constituintes a modificarem pelo menos quatro tópicos do texto já aprovado da nova Constituição: 1) a nacionalização da exploração do subsolo brasileiro; 2) a definição do conceito de empresa nacional; 3) a eliminação dos contratos de risco para empresas estrangeiras pesquisarem petróleo; e 4) a prioridade para empresas nacionais nas encomendas do governo.

O anúncio que começa ser veiculado na segunda-feira foi produzido

pela MPM com inspiração num vídeo produzido há cinco meses por 56 multinacionais integrantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sob a coordenação do vice-presidente da Autolatina, Jaci Mendonça. Neste vídeo, exibido apenas em sessões privadas para empresários, havia uma declaração do líder do PT no Congresso constituinte, Luis Inacio Lula da Silva (SP), falando da importância das empresas estrangeiras para a economia nacional.

A idéia do filme atual foi consolidada há um mês, em uma reunião na sede da Shell do Brasil, na praia de Botafogo (na zona sul do Rio), da qual participaram entre outros, representantes da Shell, Esso, Brascan, Atlantic e Xerox. Na ocasião, ficou decidido que as principais modificações no novo anúncio, em relação ao da Fiesp, seriam para adaptar o filme à exibição em televisão. Por ter uma duração de dez minutos, é possível que a MPM tenha que acertar horários diferentes com cada emissora ao invés de transmitir em cadeia.

Lobby empresarial define supressivas

Da Sucursal de Brasília

A União Brasileira de Empresários (UB) detonou ontem o lobby para a supressão de 23 artigos e itens aprovados em primeiro turno pelo Congresso constituinte considerados inibidos da livre iniciativa por seus dirigentes. "Tivemos pareceres favoráveis do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) para alguns desses itens", afirmou em discurso o presidente da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), Arthur João Donato, "mas é preciso que cada um de nós colabore na obtenção dos 280 votos necessários para a vitória em plenário".

Donato fez uma exposição dos 23 assuntos em uma reunião com cerca de quatrocentos empresários no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília. "Não devemos nos deixar levar pelas informações divulgadas na imprensa sobre a dificuldade de modificações no segundo turno, seja pela falta de quórum, seja pela indisposi-

ção das lideranças partidárias", afirmou. "Precisamos é ser vitoriosos", conclamou.

Os empresários Jorge Gerdau Johannpeter e Antônio Ermírio de Moraes foram os mais duros críticos do texto constitucional aprovado em primeiro turno durante a reunião da UB. Gerdau criticou a redação de artigos "xenófobos, intervencionistas e cartoriais", e apelou aos constituintes para que "não amarem as mãos dos empresários, que são os responsáveis pela geração de riqueza". Antônio Ermírio atacou a anistia das dívidas de micro e pequenos empresários e citou o ex-presidente norte-americano Thomas Jefferson: "As leis existem para fazer justiça, não para instituir privilégios".

Para amparar o trabalho dos empresários e seus lobistas, a UB distribuiu um verdadeiro guia de pressão parlamentar. Trata-se de uma lista com os nomes e telefones (de gabinetes e residências) de todos os 559 deputados e senadores, a

relação completa dos líderes partidários na Câmara, no Senado e no Congresso constituinte e os mapas de votação de todos os 23 itens mencionados.

O coordenador da UB e presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, disse que "o empresariado nacional pela própria responsabilidade que lhe impõe a sociedade brasileira, não pode fugir à defesa dos altos objetivos nacionais, quando se assiste a uma verdadeira manipulação de interesses de algumas minorias radicais". O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Telles de Menezes, foi o único líder empresarial que elogiou aspectos do texto constitucional aprovado em primeiro turno. "Conseguimos um grande estímulo para uma política agrícola estável", afirmou.

A noite, um grupo de 15 empresários, representando a UB, foi ao gabinete da presidência da Câmara e transmitiu ao deputado Ulysses Guimarães preocupações do setor.

Ulysses reúne lideranças e define normas para votação do 2º turno

Da Sucursal de Brasília

As votações no segundo turno do Congresso constituinte vão acontecer somente de segunda a quinta-feira, a partir do próximo dia 25, para que os constituintes possam participar das campanhas para as eleições municipais em seus Estados de sexta a domingo. Esta foi uma das decisões tomadas ontem pelas lideranças partidárias na Casa, depois de duas rodadas de negociações no gabinete do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 71, presidente do Congresso constituinte.

A partir das reuniões de ontem, que tomaram duas horas pela manhã e uma hora no final da tarde, ficaram acertadas as seguintes normas para as votações:

★ Sessões de segunda a quinta-feira, com pronunciamentos ("pinga-fogo") de 13h30 às 14h30, quando será verificado o quórum (número

mínimo) em plenário —são necessários 280 parlamentares para a votação ser iniciada. As manhãs ficam reservadas para as negociações de lideranças a partir de 9h, com o objetivo de acelerar os trabalhos através da fusão ou reunião de emendas.

★ O "Projeto de Constituição B", resultado —revisado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM)— das votações do primeiro turno, será votado de uma vez só, globalmente, na primeira sessão, ressalvados os destaques (aquelas emendas que seu autor deseja ver votadas isoladamente). Nesta votação o PT já adiantou que votará "não", segundo seu presidente Olívio Dutra (RS), pois o partido acha "ruim o texto como um todo, apesar de alguns avanços".

★ Começa então a votação dos destaques, em ordem numérica dos

artigos. Serão permitidas duas formas de acelerar essa votação, que só dependem de acordo entre as lideranças: 1) os destaques sobre um mesmo tema poderão ser fundidos numa só emenda, que será levada à votação. 2) diversos destaques com parecer favorável do relator poderão ser votados como um conjunto só, ainda que se refiram a diferentes temas e dispositivos do texto.

★ A preferência para a votação dos destaques é, em primeiro lugar, para as emendas supressivas, que serão votadas antes das que pretendem sanar erros, omissões ou contradições. Aquelas que pretendem promover correção de linguagem serão remetidas diretamente para a Comissão de Redação do texto final da Constituição, para a votação final pelo plenário. Em segundo lugar, será levada em conta a abrangência do destaque, isto é, se o trecho a ser suprimido é maior será votado primeiro.

★ Os destaques de omissão, erro e contradição poderão ser votadas pelas lideranças. Pode ocorrer também votação simbólica —os parlamentares ficam sentados se concordam com a proposição— quando um constituinte não concordar com a redação do relator para o dispositivo resultante de uma emenda sua, sob a alegação de alteração substancial.



Diniz (esq.) e Lourenço cruzam os braços e sorriem depois de atacarem as decisões do Congresso constituinte

Líder do PFL diz que Constituição poderá ameaçar processo democrático

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

O deputado José Lourenço, 55, líder do PFL na Câmara dos Deputados, acha que alguns pontos aprovados no primeiro turno do Congresso constituinte podem comprometer o processo democrático no país. "Se não forem suprimidas, algumas medidas vão levar a inflação para 30 ou 40% ao mês. Aí, a população pode pedir a intervenção dos militares", disse ontem em São Paulo. Para acabar com o "impasse" que vislumbra, Lourenço propõe que o segundo turno de votação seja adiado para depois das eleições municipais, marcadas para novembro.

No entender do pefelista baiano, as seis horas de jornada máxima para o trabalho realizado em turnos de revezamento, o direito de greve e o aumento de custos para a Previdência Social com o pagamento de aposentadorias inviabilizam a economia brasileira. "O déficit público vai aumentar ainda mais. Chile e Uruguai quebraram pela via da Previdência Social", disse, acrescentando que caso aconteça um estouro maior no índice da inflação o Brasil corre o risco de ruptura democrática. Na análise do deputado, a intervenção militar naqueles países ocorreu devido à instabilidade econômica.

Lourenço afirmou que, com os "novos critérios", o país terá de três a quatro milhões a mais de pessoas

Planalto diz que a proposta é descabida

Da Sucursal de Brasília

O porta-voz da Presidência da República, jornalista Carlos Henrique Santos, disse ontem que "vivemos tamanha estabilidade institucional que é uma idéia que não cabe", referindo-se à proposta do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, de

adiar a votação do segundo turno do Congresso constituinte para depois de realizada as eleições municipais. Segundo ele, o governo está convencido de que o mandato dos constituintes só se encerra com a votação do segundo turno.

"O líder do PFL falou por si", afirmou o porta-voz.

aposentadas. Irritado, voltou a criticar a defesa que o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte e do PMDB, vem fazendo do que chama "avanços sociais" que serão introduzidos na nova Carta. "O dr. Ulysses está criando expectativas que não serão cumpridas. Isso é demagogia. É a posição de um candidato à Presidência da República".

Em Brasília, Ulysses reconheceu ontem que a nova Carta é a grande bandeira eleitoral que o PMDB pretende empunhar para conseguir o sucesso nas eleições municipais deste ano, respondendo à crítica de José Lourenço, que disse que Ulysses é "o pai e a mãe" da nova Constituição. "Eu só tenho receio, pela amizade que lhe tenho, é que ele entre para o futuro e para o histórico da Casa como a sogra da Constituinte. E uma

sogra implicante", atacou Ulysses. "Nós não estamos utilizando a Constituição como arma. Naturalmente, se um partido se situa bem na sua elaboração, os constituintes desse partido ficam bem com a opinião pública", afirmou o deputado.

Adiamento

Depois de dizer que é preferível que uma Constituição "ruim" não saia nunca, José Lourenço fez a proposta de adiamento do segundo turno para após as eleições, caso não ocorra um acordo em torno de emendas supressivas que considera indispensáveis. "Os parlamentares estão pensando mais na eleição do que no país. Seria prudente transferirmos a votação", declarou. Lourenço afirmou ainda que a idéia do adiamento não havia sido discutida em seu partido.